**Texto a partir do Relatório do Coleta Capes 2021**

**Políticas e ações de autoavaliação que tenham continuidade, consistência e coerência**

Em primeiro lugar, compete apontar que o PPGH/Unioeste mantém, há anos, práticas de autoavaliação, que antecedem as mudanças promovidas pela CAPES no tocante aos preceitos e instrumentos da avaliação quadrienal. É forçoso reconhecer, porém, que se tratava de ações menos sistematizadas. Limitando-nos ao quadriênio em avaliação, indica-se com relação a isso duas ações principais, relativas a esse primeiro momento de menor sistematização. Por um lado, no primeiro trimestre de 2017, o Colegiado do Programa reuniu-se para a avaliação periódica de desempenho dos professores, realizada à luz dos critérios de permanência docente, conforme regulamento complementar homologado ainda no quadriênio 2013-2016 e que permaneceu vigente entre os anos de 2017-2020 (para tanto, ver também o Quesito 1, Item 1.3. do presente relatório). Por outro lado, o Programa deu sequência às denominadas “Reuniões de Trabalho”, por meio das quais o Colegiado aprecia e delibera sobre questões concernentes ao funcionamento do PPGH, das atividades letivas e de produção intelectual (docente e discente), bem como acerca de processos que atingem, direta ou indiretamente, o Programa em si e o conjunto da Pós-Graduação dentro da instituição (como nos casos que envolvem diretrizes ou propostas de modificações em normas e resoluções advindas dos governos estadual e federal). Todavia, as “Reuniões de Trabalho” ocorriam em intervalos irregulares.

A partir do segundo semestre de 2018, o PPGH passou a construiu uma política de autoavaliação sistematizada. As chamadas “Reuniões de Trabalho” foram incorporadas ao Calendário Acadêmico anual do Programa; portanto, o agendamento desse tipo de atividade, que ocorreu semestralmente nos anos de 2019 e 2020, permitiu aos membros (docentes e discentes) do Colegiado do Programa que se planejassem com maior antecedência e se inteirassem de modo mais aprofundado em relação aos pontos que foram debatidos nessas reuniões. As “Reuniões de Trabalho” situaram-se/situam-se como espaço de deliberação coletiva que, em termos práticos, corresponde a um ponto de chegada para o qual convergem os processos internos de autoavaliação do PPGH que se fundamentaram em duas instâncias, em conformidade à política de autoavaliação que começou a ser alinhavada, como dito anteriormente, a partir da segunda metade do ano de 2018. A primeira dessas instâncias, como estabelecido justamente em “Reunião de Trabalho” que teve lugar em outubro de 2018, tem nas Linhas de Pesquisa o seu lugar de materialização. O PPGH partiu do entendimento de que cada uma das 03 Linhas de Pesquisa que o integram corresponde a uma “instância primária” de autoavaliação e debate, consoante aos interesses e à dinâmica que melhor atendessem à maneira como as Linhas costumam proceder no dia a dia, no trabalho hodierno envolvendo docentes e alunos. Com isso, o Programa visou conferir maior capacidade de gerenciamento às Linhas de Pesquisa, tendo em vista que os seus integrantes se encontram diretamente envolvidos com as ações formativas mais diuturnas (orientação das dissertações e teses, reuniões de trabalho e de estudo etc.).

A segunda instância sobre a qual se alicerça a política de autoavaliação do Programa diz respeito à comissão interna de autoavaliação (CAA). A formação da CAA deu-se na virada do ano de 2019 para o de 2020, tendo sido composta pelo coordenador do Programa, como membro nato, pela secretária do PPGH – na condição de representante dos servidores técnicos –, por 03 representantes docentes, por 02 representantes discentes e por 02 representantes dos egressos titulados a partir de 2015. Com a criação da CAA, a referida comissão assumiu o papel até então exercido pela coordenação do Programa e/ou por comissões internas *ad hoc* formadas por membros do corpo docente (ou mistas, compostas por docentes e discentes). Ou seja, o processo de autoavaliação levados a cabo abrangeram/abrangem os seguintes procedimentos: em um nível mais elementar, temos o trabalho no interior das Linhas de Pesquisa, que coletaram dados sobre, por exemplo, as atividades letivas e de produção intelectual que envolvem os docentes e discentes vinculados a elas – tal foi o caso que ocorreu entre outubro e novembro de 2019 -, ao mesmo tempo em que formularam propostas e sugestões sobre temas referentes ao Programa como um todo. Feito isso, a coordenação do PPGH (ou comissões *ad hoc*) e, a partir de 2020, a CAA sistematizou as informações enviadas pelas Linhas, divulgando-as para a totalidade dos membros do Colegiado; igualmente, à CAA coube a condução dos debates e a proposição de ações e práticas que englobam, pois, o Programa como um todo (as quais serão descritas de modo mais aprofundado na sequência, nos subitens 1.4.3. e 1.4.5. que fazem parte do Item 1.4. da Ficha de Avaliação). As “Reuniões de Trabalho” configuraram, pois, o momento em que tais debates foram realizados (à guisa de ilustração, no ano de 2020 tais reuniões aconteceram nos meses de setembro e outubro; em virtude da pandemia da Covid-19 e da reorganização das atividades cotidianas do Programa, a “Reunião de Trabalho” agendada para o primeiro semestre de 2020 teve lugar somente em setembro do citado ano).

Ao fim de todo o processo ora exposto, o Colegiado do Programa dispõe das condições necessárias para deliberar acerca de eventuais alterações tangentes aos mais diversos aspectos (formativos, didáticos, institucionais e assim por diante). A política e os procedimentos de autoavaliação empreendidos pelo PPGH, sobremaneira a partir do segundo semestre de 2018, resultam da experiência vivenciada pelos membros do Programa no decorrer dos anos, calcada na perspectiva de que as atividades letivas e de produção do conhecimento (em suma, as formativas na acepção mais ampla) desenrolam-se, de modo mais efetivo, no interior das Linhas de Pesquisa. A relação de proximidade, tanto do ponto de vista pessoal quanto acadêmico, estimulada pelo pertencimento às Linhas faz com que essas “instâncias primárias” se situem como espaço adequado para que o processo autoavaliativo seja iniciado. Por seu turno, a fim de afastar qualquer possibilidade de atomização do processo, a CAA funciona como instância de sociabilização coletiva. Sendo assim, a CAA assumiu as atribuições antes confiadas a comissões de caráter *ad hoc* que eram formadas a partir do Colegiado do Programa (para nos limitarmos ao quadriênio 2017-2020, mencionem-se por exemplo a comissão docente encarregada da proposição de novas regras para a realização de estágios pós-doutorais no PPGH, entre maio e agosto de 2018 e a comissão mista (docente e discente) responsável por formular proposta de nova grade curricular e de novos instrumentos de avaliação das Atividades Complementares que integram os créditos obrigatórios a serem cumpridos por mestrandos e doutorandos, (que funcionou entre outubro de 2018 e março de 2019). Voltaremos a isso no subitem 1.4.5.

Por fim, vale citar a existência de outras comissões que, em certa medida, também dispõem de papel (auto)avaliativo – caso da comissão de seleção e acompanhamento de bolsistas, renovada anualmente, e de comissões *ad hoc* para a escolha dos trabalhos a serem indicados aos Prêmios Capes de Tese e ANPUH para Teses de Doutoramento – e que não se confundem com a CAA. Trata-se de comissões que existem há muito tempo, remontando mesmo ao início do próprio Programa, e que se mantém perenemente em vigor.

**Articulação da política de autoavaliação do programa com as diretrizes da CPA e/ou Pró-Reitoria ou equivalente**

O PPGH/Unioeste já havia encampado, de modo mais sistematizado a partir do segundo semestre de 2018, um processo de autoavaliação com vistas à promoção de alterações em diferentes quesitos que dizem respeito ao funcionamento cotidiano do Programa, bem como os seus aspectos didáticos e formativos. Em paralelo, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da instituição (PRPPG/Unioeste) abriu diálogo com os 38 PPG’s em funcionamento na instituição, com o intento de formular uma resolução interna a nortear os procedimentos autoavaliativos e, do mesmo modo, construir pontes com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI, 2019-2023).

Neste ensejo, faz-se preciso destacar ações institucionais, promovidas pela PRPPG/Unioeste, que forneceram subsídios para que o PPGH formulasse seus procedimentos de autoavaliação. Referimo-nos aos ECAPS (“Encontros de Coordenadores e Assistentes da Pós-Graduação Stricto Sensu”), realizados desde 2018 na Reitoria da universidade, na média de um encontro por semestre. A troca de experiências com outros coordenadores de PPG’s da instituição, assim como com palestrantes externos convidados (desde coordenadores de Áreas da Capes, passando por integrantes de Pró-Reitorias de outras universidades) fez dos ECAPS um espaço que não deixou de configurar um mecanismo para o aprimoramento dos instrumentos internos de autoavaliação. Por exemplo, o questionário aplicado aos alunos regulares e egressos do PPGH em setembro de 2020 (vide itens 1.4.1, 1.4.3. e 1.4.5.) foi parcialmente formulado a partir de proposições apresentadas nos ECAPS que tiveram lugar em 2019 (foi o caso da proposta de utilizar-se do questionário para realizar um mapeamento da inserção profissional dos egressos e, portanto, colher informações a subsidiar os Programas da Unioeste a refletiram sobre a formação ofertada).

Entretanto, o documento mais concreto produzido pela PRPPG/Unioeste no que se refere aos processos de autoavaliação do sistema de Pós-Graduação da universidade diz respeito à Resolução Nº 079/2020-CEPE/Unioeste, datada de 10 de setembro de 2020 (e distribuída aos PPG’s da instituição em torno de duas semanas depois). Tal normativa pode ser encontrada por meio do seguinte link: https://midas.unioeste.br/sgav/arqvirtual#/detalhes/?arqVrtCdg=16298. Embora se trate de resolução promulgada tardiamente, às vésperas do último trimestre (outubro-dezembro de 2020) que encerrou o quadriênio avaliativo, pode-se afirmar que o PPGH/Unioeste, mediante as ações de autoavaliação por ele encampadas, cumpriu com as finalidades da autoavaliação conforme definidas no Art. 1º da Resolução Nº 079/2020, que proclama que os PPG’s da instituição devem estabelecer processos autoavaliativos a fim de “detectar pontos fortes e potencialidades, discriminar fragilidades e prever oportunidades e metas objetivas de melhoria de médio e longo prazo”. Levando-se em conta, pois, que a citada resolução passou a vigorar praticamente ao final do período quadrienal – assim como, igualmente importante, o fato de que o processo de autoavaliação resulta de uma construção permanente –, há alguns pontos que não puderam ser implantados ainda no ano de 2020. É o caso, à guisa de ilustração, da operacionalização técnica da autoavaliação, de que fala o Art. 4º da Resolução Nº 079/2020. A CAA/PPGH em funcionamento no decorrer de 2020 não contou com representante de membros externos, conforme aponta a normativa mencionada. A reformulação da CAA para o ano de 2021 certamente encampará tal representante.

**Sistemática de acompanhamento das metas do programa ao final do quadriênio, destacadamente da formação e produção intelectual dos discentes**

Tendo em vista que o aprimoramento e qualificação da formação oferecida pelo PPGH configuram elementos que demandam atenção perene, a coordenação do Programa e, posteriormente, a CAA promoveram coleta de dados relativos à produção intelectual (bibliográfica e técnica) dos discentes regularmente matriculados no PPGH, tomando por base os registros efetuados na Plataforma Sucupira e nos respectivos currículos cadastrados na Plataforma Lattes por parte de cada aluno vinculado ao Programa. Tal procedimento encontraria respaldo, inclusive, na Resolução Nº 079/2020-CEPE/Unioeste (ver Art. 5º § 4 º). Em “Reunião de Trabalho” ocorrida ainda no quarto semestre do quadriênio avaliativo (no mês de outubro de 2018), o Colegiado do Programa estipulou algumas metas concernentes à produção intelectual (docente e discente). No caso específico envolvendo o alunado, definiu-se como patamar ideal a cifra de 50% do total de matriculados com produção intelectual no decorrer do quadriênio (2017 a 2020), por intermédio de ações que visavam estimular e dinamizar essa produção.

Perante tal cenário, a coordenação do PPGH empreendeu um levantamento de dados nos moldes apontados no parágrafo anterior. Tal procedimento se deu entre dezembro de 2019 e janeiro de 2020 (com atualização em abril de 2020, por parte da CAA). O objetivo foi o de identificar, por um lado, se globalmente a meta de 50% de discentes com produção intelectual havia sido alcançada, passados os seis primeiros semestres do quadriênio (isto é, o período entre 2017 e 2019); por outro, almejou-se verificar a evolução dos números ano após ano, que eventualmente pudessem ser associadas ou não às ações de estímulo alinhavadas na “Reunião de Trabalho” realizada em outubro de 2018.

Tamanho acompanhamento consta da “Proposta do Programa” referente ao Coleta Capes Ano Base 2019 (vide o campo “Outras Informações”, então presente no formato de relatório). Todavia, o levantamento dos dados considerou somente a produção bibliográfica (o que incluiu a publicação de artigos completos em anais de eventos e, ao mesmo tempo, considerou a organização de coletânea como produto bibliográfico), à luz das recomendações transmitidas pela Coordenação de Área de História à época. Seja como for, em termos globais, dos 88 discentes regularmente matriculados entre 2017 e 2019 (dos quais enumeram-se 41 mestrandos e 47 doutorandos), 50 produziram ao menos um trabalho nos moldes ora citados, equivalente a 56.8% do total de matriculados. Por seu turno, levando-se em conta a produção ano a ano, partiu-se de um valor de 34.5% em 2017, passando por 36.9% em 2018 até atingir 48.4% no ano de 2019. Em suma, de 2017 a 2019, observou-se um aumento expressivo nos patamares de produção bibliográfica discente.

Outro levantamento foi efetuado na primeira quinzena de setembro de 2020, desta vez por obra da CAA, com vistas à “Reunião de Trabalho” realizada no mencionado mês. A aprovação da Ficha de Avaliação da Área de História, por parte do CTC-ES/CAPES em agosto de 2020, permitiu que o levantamento se voltasse para o conjunto da produção intelectual discente – quer dizer, a produção bibliográfica, excluindo-se artigos completos publicados em anais de eventos, somada à produção técnica, limitada aos dez produtos mais relevantes, conforme definidos pela Coordenação de Área em Anexo à Ficha de Avaliação. Optou-se por restringir o levantamento aos anos de 2017, 2018 e 2019, desconsiderando a produção então em curso em 2020, visto que a incompletude dos dados relacionados à 2020 poderia provocar distorções (para não mencionar o fato de que a manutenção do mesmo recorte temporal permitiu comparar os dados coletados em ambos os levantamentos, os quais, como indicado, partiram de parâmetros diferentes entre si). O levantamento processado em setembro de 2020 apresentou dados altamente positivos. Do total de 88 discentes regulares, 70.45% – 62 alunos – possuíam algum tipo de produto bibliográfico ou técnico relevante publicado/realizado entre 2017 e 2019, percentual que ultrapassa com folga a meta estipulada pelo PPGH e, pois, consistia em um aumento digno de nota se cotejado com o levantamento efetuado em dezembro de 2019/janeiro de 2020, ressaltando a importância dos produtos técnicos qualificados em meio ao processo formativo dos alunos (em particular, cremos, nos casos envolvendo discentes que atuam como professores junto à Educação Básica).

Os mesmos parâmetros foram utilizados para que se efetuasse um levantamento acerca da produção intelectual dos egressos dentro de um intervalo de cinco anos (quinquênio entre 2015 e 2019). Os números são mais modestos. Somente 09 pessoas, de um universo de 69 titulados entre janeiro de 2015 e dezembro de 2019 (13.05% do total, portanto), apresentaram algum produto bibliográfico ou técnico no período. A importância do levantamento reside, porém, nos subsídios que fornece para que o Programa estabeleça o seu Planejamento Estratégico de curto e médios prazos a partir do ano de 2021 (ver, para tanto, o Item 1.3. relativo a isso no presente relatório).

No que se refere à formação dos discentes, o Programa promoveu outro tipo de coleta de dados, concernente a uma questão especificamente relacionada ao curso de Mestrado e que se mostrou mais ingente sobremaneira na segunda metade do quadriênio avaliativo (2019-2020). Trata-se da procura pelo curso de Mestrado por parte dos graduados habilitados a fazê-lo. Os dados amealhados podem contribuir para o estabelecimento de metas a serem atingidas no próximo quadriênio avaliativo (vide o Item 1.3., “Planejamento estratégico do programa”), assim como tangenciaram alterações promovidas pelo PPGH no que concerne a vindouros processos de seleção (tal como descrito no subitem 1.4.5. na sequência deste relatório). Quer dizer, são questões cujos efeitos somente poderão ser observados em período posterior àquele contemplado pelo Coleta Capes 2020. Contudo, trata-se de algo que deriva do processo de acompanhamento das ações do Programa no quadriênio 2017-2020 e, por conseguinte, faz-se preciso salientá-lo.

A procura pelo curso de Mestrado ofertado pelo PPGH se manteve na casa de 20 inscritos por processo seletivo nos dois últimos anos que fecharam o quadriênio avaliativo. Evidente que se trata de processo que tangencia a questão da formação: afinal, a possibilidade de aumentarmos o número de titulados/formados passa, pois, pelo processo de ingresso no Programa. Assim, sendo, a CAA realizou um levantamento de dados referentes aos processos seletivos capitaneados no biênio 2019-2020 por Programas stricto sensu na área de História em funcionamento no estado do Paraná (UEL, UEM, UEPG, UFPR, UNESPAR/Campo Mourão, UNICENTRO, UNILA), bem como em regiões circunvizinhas à área de atuação da Unioeste (no caso, o Sudeste do MS – UFGD – e o oeste de SC – UFFS). Tal procedimento baseou-se na perspectiva de se problematizar a questão do ingresso no PPGH/Unioeste, sobretudo no que tange ao curso de Mestrado, de uma maneira menos local e mais global, em comparação com Programas situados na mesma unidade federativa (salvo UFGD e UFFS), os quais, em que pesem diferenças institucionais e mesmo de inserção social, compartilham com o PPGH/Unioeste problemas e desafios comuns.

Sendo assim, mediante a consulta aos editais de seleção relativos aos anos de 2019 e 2020, promovidos pelos Programas elencados no parágrafo anterior e disponibilizados por tais Programas em seus respectivos sítios eletrônicos, a CAA estabeleceu uma mediana extraída do número médio de inscritos para o supracitado biênio. Os resultados do levantamento foram sociabilizados com o Colegiado do PPGH em fins de setembro de 2020, em relação aos quais destacam-se dois dados: a) a mediana calculada a partir dos dados dos 09 Programas consultados foi de 42,5; b) apenas um dos 09 Programas apresentou média idêntica ao PPGH (isto é, 20 inscritos por processo seletivo referente ao Mestrado), ao passo que o Programa com a maior média alcançou a cifra de 61,5 inscritos.

Diante desse cenário, a CAA realizou outro levantamento em paralelo, a fim de identificar o percentual de licenciados pelo curso de graduação em História da Unioeste que se inscreveram na seleção para o ingresso no Mestrado do PPGH/Unioeste no período compreendido entre 2015 e 2020 (pensando, portanto, nos termos de um médio prazo). Constatou-se que 31.4% das inscrições no período referem-se a candidatos graduados em História pela própria Unioeste.

Todo esse conjunto de resultados foi utilizado para a formulação de novas diretrizes a guiarem o processo de seleção para o ingresso no PPGH, em especial no curso de Mestrado, como assinaladas na sequência.

**Meios de comunicação entre discentes, docentes e coordenação do programa, efetivamente utilizados para a indicação de críticas e sugestões para o programa**

O processo de autoavaliação estruturado pelo PPGH no decorrer do quadriênio 2017-2020, sobremaneira a partir de 2018, fez/faz das “Reuniões de Trabalho” um grande ponto de convergência. Cabe lembrar que as demandas e sugestões por parte de docentes e discentes, encaminhadas pelas Linhas de Pesquisa à coordenação do Programa e à CAA (uma vez formalizada essa comissão), foram sistematizadas por tais instâncias e sociabilizadas ao Colegiado do PPGH como um todo. Por meio deste circuito, estabeleceu-se uma via de comunicação entre professores, alunos e coordenação/CAA.

A representação discente no Colegiado do PPGH corresponde regimentalmente à 30% por cento do número de docentes que o compõe. Ainda que o Programa sempre tenha estimulado a participação dos alunos nos espaços de deliberação coletiva, como é o caso das “Reuniões de Trabalho”, para além dos representantes discentes, outras ações foram postas em prática a fim de fomentar canais de diálogo entre o alunado e a coordenação do Programa. Desde o início do quadriênio no primeiro semestre de 2017, a coordenação reúne-se semestralmente com os ingressantes no PPGH com vistas a esclarecer-lhes a dinâmica e o funcionamento dos cursos de Mestrado e de Doutorado e, em especial, para aproximar a coordenação do corpo discente. Isso resultou em muitas reuniões individuais de atendimento por parte da coordenação do Programa ao longo do quadriênio. Porém, considerando que esse tipo de atendimento pode ser pensado, em alguma medida, como parte integrante das tarefas a serem executadas pela coordenação, desejamos enfatizar três ações desenvolvidas no ano de 2020 que ampliaram e aprofundaram os canais de comunicação mediante os quais os discentes puderam externar suas críticas e sugestões ao Programa como um todo. Assim, tivemos:

(i) Consulta aos alunos regulares a respeito da retomada das atividades letivas do PPGH/Unioeste no contexto da pandemia da Covid-19:

- Com a suspensão das atividades presenciais na universidade em decorrência da pandemia da Covid-19, como decretada pela Reitoria da instituição na segunda quinzena de março de 2020, o Programa teve de reorganizar sua dinâmica de funcionamento. Em julho, a coordenação e um representante docente por Linha de Pesquisa elaboraram e aplicaram um questionário a um grupo formado por 34 discentes regulares com créditos de disciplina a cumprir, a fim de consultá-los acerca da possibilidade de retomada das atividades letivas por via remota e síncrona, bem como das condições individuais que tornariam ou não possível tal retomada. O questionário foi aplicado on-line, mediante a Plataforma Google Forms e 100% dos alunos consultados o responderam. As respostas subsidiaram a decisão do Colegiado no sentido de se retomar as atividades letivas de maneira remota.

(ii) Pesquisa (aplicação de questionário) quantitativa e qualitativa a respeito das atividades formativas ofertadas pelo PPGH, bem como sua estrutura e funcionamento. Sob responsabilidade da CAA (vide acima, item 1.4.1.), o questionário foi aplicado durante o mês de setembro de 2020 mediante a ferramenta online Microsoft Forms, tendo sido encaminhado para um universo de 181 pessoas, entre discentes regulares (com exceção dos alunos que haviam ingressado no curso de Doutorado no mês anterior), egressos (indivíduos titulados entre janeiro de 2011 e agosto de 2020) e “ex-alunos” (ou seja, discentes não concluintes – desistentes ou desligados do Programa no período compreendido entre janeiro de 2011 e agosto de 2020). Composto por 40 questões, abrangendo itens relacionados às atividades letivas, à prática docente, à infraestrutura do Programa, entre outras.

No que se refere aos alunos regulares, 59,4% dos consultados responderam à pesquisa (38 pessoas de um total de 64 discentes consultados). As respostas ao questionário configuraram um importante instrumento para a formulação de proposições visando a construção do Planejamento Estratégico do PPGH para os anos vindouros (para tanto, consultar também o item 1.3. acima), sobremaneira no que concerne aos processos de formação e de produção intelectual por parte do corpo discente.

(iii) Guardando relação direta com o ponto (ii) elencado imediatamente acima, a CAA e a coordenação do Programa desdobraram a prática de reuniões semestrais com os alunos ingressantes ou de reuniões de atendimento individual e promoveram uma reunião com o corpo discente em fins de outubro de 2020, com o intuito de fornecer um feedback ao alunado acerca das medidas e ações planejadas pelo Colegiado diante de algumas questões levantadas pelos próprios discentes por intermédio das respostas à pesquisa mencionada no parágrafo anterior. Em síntese, a pesquisa quantitativa e qualitativa aplicada pela CAA consistiu em excelente ponte para a comunicação entre discentes, de um lado, e docentes e coordenação, de outro, estimulando igualmente a abertura de um novo caminho para o contato entre coordenação e corpo discente por meio de reunião específica com os alunos, a qual pretende-se tornar uma atividade regular (a ocorrer preferencialmente ao final de cada semestre) visando estimular uma participação ainda maior dos alunos no processo de autoavaliação empreendido pelo Programa. Vale apontar que a reunião contou com a participação de quase 30% dos alunos então regularmente matriculados. No subitem na sequência (1.4.5.), apontar-se-á inclusive as medidas já colocadas em prática pelo PPGH referentes às sugestões encaminhadas pelos discentes por meio do questionário e da reunião com a coordenação.

Cabe ressaltar, das estratégias utilizadas, o fortalecimento dos Grupos de Pesquisa e Laboratórios vinculados ao PPGH são formas de manter o vínculo dos egressos, incentivando a participação dos mesmos em atividades acadêmicas, divulgando eventos, realizando debates. Embora muitos participem de eventos, inclusive com apresentação de comunicações e publicação de textos e Anais, a efetivação de publicações é dificultada pelas condições de trabalho. Mesmo os egressos que atuam na iniciativa privada se ressentem dessa dificuldade, pois há pouca valorização dos docentes como pesquisadores. É importante que se ressalte que a qualificação dos profissionais efetivamente promovida pelo Programa não visa apenas a publicação, mas o melhoramento das reflexões teóricas; a atualização do conhecimento crítico; o maior conhecimento de fontes e recursos de pesquisa; a utilização de recursos de Tecnologia de Informação; a capacitação para produção de materiais didáticos alternativos; entre outras, são necessidades atuais com as quais o PPGH contribui e que não resultam necessariamente em publicações. Algumas delas resultam em trabalhos técnicos, na criação e engajamentos em projetos, como por exemplo, os projetos de Residência Pedagógica ou PIBID.

Seria de fundamental importância a criação de novas fontes de financiamento aos profissionais formados para seguirem sua formação e qualificação do ensino de história no país. Percebemos também que a realização de coletâneas e a publicação de artigos em dossiês temáticos são formas encontradas pelos estudantes e egressos de divulgar seus trabalhos. Encontramos também estudantes participando de conselhos editoriais de diversas editoras e revistas.

**Diretrizes para o desenvolvimento do programa que emanaram do processo de autoavaliação**

Há muito o que se destacar em relação às atividades e diretrizes encampadas pelo PPGH que resultaram de todo esse conjunto de ações e instrumentos que configuraram o processo de autoavaliação explicitado nos subitens anteriores do presente Item 1.4. Como dito anteriormente, a coordenação e as comissões internas *ad hoc* que precederam a CAA nos anos de 2018 e 2019, somando-se aos esforços da CAA em 2020, sistematizaram um grande volume de informações que subsidiaram modificações em diretrizes e procedimentos que nortearam/norteiam o desenvolvimento e funcionamento do PPGH, conforme deliberadas e coletivamente aprovadas quando da realização das “Reuniões de Trabalho” – as quais ocorreram, para fins de registro, em 2018 (outubro, novembro e dezembro), 2019 (março e novembro) e 2020 (setembro e outubro). De todo esse processo, faz-se oportuno ressaltar:

(i) Alteração nos procedimentos regimentais a fim de que pós-doutorandos vinculados ao PPPGH pudessem lecionar disciplinas com carga horária de 30h/a (para além dos já tradicionais cursos de extensão e outras atividades ofertadas por aqueles que realizam conosco os seus estágios pós-doutorais). Tal medida visa ofertar ao corpo discente a possibilidade de tomar contato com temas e debates que porventura ultrapassem aquilo que corriqueiramente se encontra em meio às disciplinas do Programa;

(ii) Elaboração e adoção de nova grade curricular (vide acima, o Quesito 1, Item 1.1 do presente relatório), que entrou em vigor para a turma de ingressantes do curso de Doutorado em 2019 e, igualmente, para os mestrandos que ingressaram em 2020. Para além da oferta de uma nova disciplina por Linha de Pesquisa (“História e Narrativa”, Linha Cultura e Identidades; “Estado e Poder: historiografia”, Linha Estado e Poder; e “Trabalho e Movimentos Sociais: Teoria”, Linha Trabalho e Movimentos Sociais), da modificação de disciplinas previamente existentes (“História e Identidades” cedeu lugar à “História, Subjetividades e Identificações”) e da criação de novas disciplinas optativas (os “Estudos Avançados” por Linha, contendo 02 créditos/30 horas), a nova grade foi estabelecida baseando-se na avaliação de que fazia-se preciso dinamizar ainda mais as atividades de formação, englobando, logo, as letivas. Para tanto, por intermédio da comissão *ad hoc* mista (vide o ponto (iii) imediatamente abaixo) e dos debates estabelecidos em “Reuniões de Trabalho” ocorridas em dezembro de 2018 e março de 2019, definiu-se como diretriz norteadora da nova grade curricular a maior integração entre as turmas de doutorandos e mestrandos entre si, ao eliminar a existência de disciplinas teóricas específicas para o curso de Doutorado (com exceção de “Trabalho, Cultura e Poder: Teoria e Metodologia” e dos “Seminários de Tese”), dinamizando ainda mais, pois, o processo formativo. Com tal perspectiva em mente, também se reduziram em 04 créditos a quantia necessária para o cumprimento de créditos relativos a disciplinas, tanto no Mestrado quanto no Doutorado.

(iii) Revisão do procedimento de avaliação das Atividades Complementares (AC’s) realizadas pelos alunos, por intermédio da criação e implementação de uma Tabela composta por parâmetros e critérios bastante claros a guiar tamanha avaliação. Ao invés de as AC’s serem subjetivamente avaliadas pelos integrantes das bancas dos Exames de Qualificação, a partir da documentação comprobatória entregue pelos discentes junto de seus relatórios de qualificação, a avaliação das AC’s se dará ao vigésimo mês do curso de Mestrado e do quadragésimo segundo mês do curso de Doutorado, tendo por base a supracitada Tabela. Ressalte-se, porém, que tais diretrizes passaram a vigorar somente para os doutorandos que ingressaram em 2019, bem como para os mestrandos matriculados na turma ingressante no ano seguinte. Portanto, o procedimento ora descrito não foi posto em prática durante o quadriênio avaliativo (2017-2020).

Seja como for, se trata de outra medida cujo objetivo é o de estimular a produção intelectual discente sem, contudo, estabelecer índices rígidos ou elevados que possam comprometer as atividades de pesquisa e profissionais desempenhadas pelos discentes. Vale recordar que a alteração contemplou demanda encaminhada pelo corpo discente quanto à necessidade de maior objetividade e clareza no tocante à avaliação das AC’s, fomentando uma proposta sugerida por comissão *ad hoc* mista (isto é, composta paritariamente por docentes e discentes) vigente entre outubro de 2018 e março de 2019 e materializada por meio da Tabela indicada no parágrafo anterior, aprovada em “Reunião de Trabalho” que teve lugar em março de 2019.

Todavia, vale salientar que somente na próxima quadrienal teremos condições de (auto)avaliar em que sentido as diretrizes descritas nos pontos (ii) e (iii) surtirão efeito no que tange à melhoria do processo formativo dos alunos que compõem o Programa.

(iv) Resultado das deliberações ocorridas por conta de “Reunião de Trabalho” datada de novembro de 2019, o Colegiado do Programa estabeleceu como um dos marcos de internacionalização da produção docente a ampliação da publicação de textos nas línguas inglesa e espanhola, preferencialmente em veículos – livros e periódicos – sediados no exterior. Se trata de ação já empreendida por alguns docentes do Programa, mas avaliou-se que tal ocorreu no quadriênio de uma forma pontual, havendo, portanto, margem para ampliá-la do modo mais sistemático; diante disso, considerou-se ações que pudessem tornar esse processo em algo mais consistente, a fim de amplificar nossa inserção internacional por meio de produtos bibliográficos. Para tanto, no decorrer de 2020 os docentes do Programa passaram a utilizar valores disponibilizados via PROAP/CAPES (saldo residual de 2019 e primeira parcela de 2020) para a tradução (para o inglês e, em menor medida, o espanhol) de trabalhos científicos de autoria deles, com vistas à posterior publicação em outros países que não o Brasil. Foi possível realizar a tradução de 06 textos até o final de 2020. Se trata, pois, de uma alteração significativa se cotejada com a maneira como o Programa costumeiramente empenhava os recursos do PROAP/CAPES. Caberá avaliar os desdobramentos dessa ação por ocasião do próximo quadriênio avaliativo.

(v) No último trimestre de 2020, em razões dos dados apresentados pela CAA quanto à seleção para ingresso no Programa (consultar acima, subitem 1.4.3.) e das ações mantidas junto a um coletivo de professores de História que atuam na Educação Básica na região de Marechal Cândido Rondon (ver também o subitem 1.4.1. acima), o PPGH promoveu alterações significativas em relação aos processos de seleção para ingresso no Mestrado. Essas mudanças consistem também em uma resposta, por parte do Programa, diante do encerramento do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE), descontinuado pelo governo do Estado do Paraná ainda na primeira metade do período quadrienal.

Diante desse cenário, o PPGH estabeleceu novas diretrizes visando aproximar-se ainda mais dos docentes que atuam na rede pública de ensino, integrando-os ao corpo discente do Programa por meio da:

a) Ampliação da oferta de vagas para alunos especiais em disciplinas eletivas. Para o ano de 2021, ofertar-se-ão 08 vagas, das quais 03 necessariamente se destinam a professores que atuam na rede pública de ensino;

b) Disciplinas eletivas a serem ofertadas no período noturno, tornando possível que tais professores nelas se matriculem, no “contraturno” das suas atividades profissionais, que se concentram basicamente nos períodos matutino e vespertino em razão, entre outros, da política adotada pela atual administração estadual no sentido de reduzir a oferta de turmas de Ensino Fundamental e Médio no período noturno.

Ao mesmo tempo, constatada a necessidade de estimularmos o ingresso de novos mestrandos junto ao Programa, definiu-se por outras duas modificações que se referem ao processo seletivo de ingresso ao Mestrado, visando dinamizá-lo e aproximá-lo das condições materiais que caracterizam a situação de muitos de nossos candidatos (o que envolve também, é claro, os profissionais que labutam na Educação Básica, de forma que as alterações descritas nos parágrafos anteriores se articulam àquilo que ora se expõe). Tais ações já serão postas em prática a partir do ano de 2021:

a) Supressão da prova de aferição de conhecimentos teóricos como etapa integrante do processo de seleção do Mestrado. A experiência acumulada ao longo dos 15 anos de funcionamento do Mestrado possibilitou-nos compreender que, em grande medida, a referida prova se encontrava desvinculada das atividades que caracterizam o processo de investigação levado a cabo pelos discentes e, portanto, resultava inócua;

b) Realização de todas as etapas do processo de seleção via modalidade remota, dispensando os interessados de deslocarem-se até o município-sede (Marechal Cândido Rondon) por conta da seleção em si. Essa alteração envolve também o processo de seleção para o curso de Doutorado.